

■ ÍNDIO ALBINO

Funai é acusada de obstar a Justiça

SÃO SEBASTIÃO – O advogado Paulo Roberto Guimarães acusou a Fundação Nacional do Índio (Funai) de impedir a ação da Justiça em São Sebastião. Ele vem defendendo a funcionária pública Rojane Couto e Souza no processo de adoção do índio albino Wanderley Fernandes, 3 anos. Guimarães afirma ainda que o representante da Funai em São Sebastião, Márcio Alvim, está escondendo a criança em sua própria casa em Bertiooga.

Busca e apreensão – Guimarães conta que quinta-feira (14) esteve no Rio de Janeiro, acompanhado de um oficial de Justiça, atendendo a um mandado de busca e apreensão de Wanderley. “O juiz determinou que Wanderley fosse transferido da Casa do Índio, no Rio, para a Casa do Menor, em São Sebastião”, relatou. “Para nossa surpresa, o índio não estava lá e havia viajado para São Sebastião para visitar a aldeia”, concluiu. Sábado, a mesma comitiva esteve na aldeia e mais uma vez não encontrou a criança.

A assessoria de imprensa da Funai em Brasília desconhece a informação de que a criança esteja escondida, mas informou que o órgão vai recorrer da decisão da Justiça de transferir a criança. A Agência Estado apurou que o procurador jurídico da Funai, Humberto Nenem, esteve em São Paulo ontem recorrendo da decisão judicial.

O paradeiro do índio Wanderley Fernandes continua indefinido. O assistente administrativo Élcio Borges confirmou que o menino viajou para a aldeia, acompanhado da diretora da Casa do Índio, Eunice Kariry, e ainda não voltou.

Visita a familiares – Já Márcio Alvim, representante da aldeia, confirma que Wanderley esteve lá visitando os familiares e que a viagem fez parte do tratamento médico. “Wanderley passa muito bem e esteve na aldeia para fortalecer o espírito, segundo a cultura indígena”, declarou. Alvim afirmou também que a comunidade indígena é contra a adoção do índio. Ele desconhece “oficialmente” a busca judicial e afirmou que não poderia dizer onde está o índio.

Segundo o advogado Paulo Guimarães, Alvim está escondendo o índio para que a Funai ganhe tempo para recorrer da decisão judicial.